

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL¹

Ney Luiz Teixeira de Almeida²

A aprovação em novembro de 1996, no Rio de Janeiro, das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social na Assembléia Geral Extraordinária da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social³ encerrou, por um lado, um amplo processo de discussão sobre os rumos da formação profissional, demarcando referências básicas para a construção de novos currículos plenos. Contudo, também abriu um urgente e necessário processo de discussão sobre as estratégias de implantação daquelas diretrizes no cotidiano das unidades formadoras de assistentes sociais. Cabe, portanto, nos debruçarmos sobre alguns dos principais desafios colocados na atual conjuntura profissional e universitária para a construção e condução dos novos currículos plenos dos cursos de Serviço Social já amparados nas Diretrizes Gerais aprovadas.

Vale ressaltar, preliminarmente, algumas características do processo de construção da proposta do novo currículo mínimo para os cursos de Serviço Social e que resultou na aprovação das

¹ Este texto é um resultado preliminar das atividades de pesquisa que realizamos junto aos cursos de Serviço Social da Universidade Castelo Branco no Rio de Janeiro (1999) e da Faculdade de Serviço Social de Caratinga em Minas Gerais (1998) para conhecer o perfil dos alunos, professores e supervisores, tendo em vista o processo de elaboração dos seus novos currículos plenos a partir das Novas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

² Professor Assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco. Assessor acadêmico da Faculdade de Serviço Social de Caratinga. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

³ A partir de novembro de 1998 a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

*Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*⁴, principalmente se comparadas às do processo anterior, elaborado entre fins da década de setenta e início dos anos oitenta⁵.

O currículo mínimo de 1982 foi resultado de um processo de discussão gestado a partir da segunda metade dos anos 70; contudo ganhou maior envergadura a partir da XXI Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, realizada no ano de 1979 em Natal. Na verdade, a revisão de 1982 expressou uma radical reorientação da formação profissional, determinada tanto pelo movimento de redemocratização em curso no país - que imprimiu uma forte marca de politização aos debates sociais nas suas mais diversas manifestações particulares - quanto pela revisão política, ética e teórico-metodológica experimentada pelo próprio Serviço Social. Estes dois processos favoreceram uma ampla e acalorada participação dos segmentos envolvidos com a formação

⁴ O processo de elaboração do novo Currículo Mínimo durou cerca de 3 anos, envolvendo mais diretamente as duas últimas gestões da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social nos períodos compreendidos entre 1993-1995 e 1995-1997, sendo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária no dia 8 de novembro de 1996 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Após sua aprovação pelo fórum máximo da entidade a proposta começou a tramitar no Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e, seguindo as recentes orientações da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de dezembro de 1996) teve que alterar a expressão "currículo mínimo", vigente até então, requerida pela nova legislação "Diretrizes Gerais. O processo de aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social - já com o termo correto, sofreu, contudo, muito mais que uma alteração de título e começou a depender de novas leis complementares que regulamentam a educação superior no país. Apesar destas mudanças a ABEPSS tem tido como princípio político e acadêmico aguardar a aprovação final do documento enviado ao MEC, enfatizando, contudo, a validade e pertinência das orientações pedagógicas e de conteúdos aprovados em assembléia da entidade como parâmetro para os processos de discussão sobre ajustes, revisões e alterações dos currículos plenos. Para um exame mais profundo sobre este documento ver: ABESS/CEDEPSS. "Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de nov. de 1996)." IN: *Cadernos ABESS*. nº 7. São Paulo: Cortez, 1997. Pg. 58-76.

⁵ O Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social, ainda em vigência foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação em agosto de 1982 através do parecer 412/82. As tendências centrais que dominaram o debate da revisão curricular e orientaram diversos processos de elaboração dos currículos plenos podem ser apreendidas, a partir das principais reflexões e propostas que emergiram naquele contexto, em diversos artigos que foram reunidas na Revista *Serviço Social e Sociedade*. nº 14. ano V. São Paulo: Cortez, abril de 1984. 176 p.

profissional sobre os rumos da revisão curricular, o que, em última instância, representou uma guinada na própria trajetória acadêmica e profissional do Serviço Social. O currículo de 1982, desta forma, representou uma profunda reorganização da formação profissional alicerçada social, ocupacional e academicamente em mudanças no cenário político e institucional tanto da sociedade brasileira quanto da profissão.

O clima de participação e mobilização vivenciado no período não tardou em contagiar e caracterizar a própria revisão do Currículo Mínimo. Depreende-se daí não só a particularidade adquirida pelo processo com a participação - embora não homogênea e não extensiva a todas as unidades acadêmicas - dos segmentos formados por estudantes, supervisores e professores, mas também a ênfase que se imprimiu ao currículo quanto a relevância teórica e política dos movimentos sociais, principalmente no que diz respeito as formas de condução das análises e intervenções profissionais. Esta última marca pode ser verificada pelo peso e destaque que foi dado aos conteúdos ementários referentes à compreensão e dinâmica da sociedade *civil* e dos *movimentos sociais*, sobretudo os de origem urbana e, do ponto de vista metodológico, aos conteúdos de *desenvolvimento de comunidade e de educação popular*, largamente revisados e atualizados em função dos novos desafios postos aos profissionais de Serviço Social pela conjuntura.

Essas mesmas linhas mestras, condutoras da relação entre a formação profissional e a realidade⁶, também propiciaram a ampliação do debate teórico-metodológico no âmbito do currículo mínimo, trazendo para o plano das matérias obrigatórias a ampliação do leque das matrizes teóricas consagradas no decorrer dos anos 70 e instaurando, pela primeira vez no campo da formação profissional, a possibilidade de superação dos chamados processos de intervenção (caso, grupo e comunidade) pela orientação teórico-metodológica da prática profissional pautada nas principais tendências que, até então, embasavam teoricamente o Serviço Social: o funcionalismo, a fenomenologia e o marxismo.

⁶ Esta relação constitui-se num traço determinante de qualquer projeto pedagógico, cuja variação central é apenas a da direção de seus vetores políticos, ou seja, em qualquer projeto de formação profissional existe um princípio norteador da relação entre ele e a realidade que pode ser verificado explícita ou implicitamente na sua direção social e nos seus pressupostos pedagógicos.

Outras duas características, dentre as que marcaram aquele processo, e que ganham destaque aqui pela magnitude que adquiriram no campo da formação profissional e pelo fato de permanecerem até os dias atuais, são: a preocupação com a investigação, alçada, já em 1982, ao patamar de dimensão constitutiva tanto da formação quanto do exercício profissional e a afirmação das políticas sociais como campo de interesse teórico-prático para os assistentes sociais.

Apesar, e mesmo em função, das novidades apresentadas pelo currículo Mínimo de 1982, sua implementação foi extremamente difícil, tornando-se ao longo de boa parte dos anos 80 em objeto de estudo e crítica por parte de diferentes segmentos intelectuais e profissionais ligados ao Serviço Social. Duas observações tornaram-se unânimes ao longo da fase de execução dos projetos pedagógicos apoiados naquela nova estrutura curricular mínima: a primeira foi a de que a revisão representara uma proposição bastante radical em relação aos projetos de formação profissional anteriores; a segunda, a de que não se desenvolveu ao longo da sua implantação um processo de capacitação - docente principalmente - capaz de viabilizar os principais pressupostos e conteúdos indicados na revisão.

O principal problema, porém não o único, decorrente da ausência dessa ampla capacitação e da profunda reorientação dos conteúdos, especialmente aqueles vinculados aos aportes teórico-metodológicos, foi indubitavelmente o reforço ao ecletismo⁷ no Serviço Social. O ensino das teorias e metodologias em Serviço

⁷ Não deixamos de reconhecer aqui o que o ecletismo representou em termos do distanciamento que a operacionalização dos currículos plenos guardou em relação ao projeto pedagógico aprovado e o quanto seu poder de interferência poderia ter sido menor em função de uma efetiva qualificação do corpo docente para lidar com os novos conteúdos. Contudo, não restringimos à ausência de capacitação adequada às transformações curriculares operadas a exclusividade na determinação da dimensão eclética tomada pelo ensino das teorias e metodologias no Serviço Social. Pensar assim implicaria desconsiderar certos traços da própria cultura brasileira, particularmente do campo intelectual, dos quais a incorporação de idéias estrangeiras e sua imediata fusão às formas de compreensão da realidade local e a simbiose de teorias distintas que formam um corpo teórico amalgamado pela tradição conciliatória de nossa cultura política são expressões bastante evidentes e com larga penetração também em nosso meio profissional. A respeito desta tradição cultural ver: Carlos Nelson Coutinho. *Cultura e Sociedade no Brasil- ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 215p. e Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*. 3. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988. 169 p.

Social foi largamente atravessado por perspectivas ecléticas nos mais diferentes projetos pedagógicos espalhados pelo país, ainda que em graus não homogêneos, durante parte considerável da implantação do currículo mínimo, constituindo-se num traço bastante particular de nossa história mais recente no campo da formação profissional⁸.

Para além desta marca, o debate teórico-metodológico que acompanhou o processo de implantação do currículo foi muito mais fecundo no campo epistemológico do que naquele mais reclamado pela maioria dos assistentes sociais: o da formulação de estratégias profissionais sintonizadas às novas configurações do seu trabalho, com igual destaque tanto para sua dimensão técnica quanto política⁹. Assim, apesar do avanço intelectual experimentado nesse período, as principais lacunas e desafios relacionados a condução técnico-instrumental no âmbito do trabalho e da formação profissional não foram equacionados a partir da afirmação da perspectiva crítica de inspiração marxista como direção social. Este fato, no entanto, não chegou a representar uma incompatibilidade entre a base teórico-política de sustentação da proposta e a realidade profissional - como muito se denunciou nos fóruns de discussão sobre o trabalho dos assistentes sociais e que serviu apenas para alimentar ainda mais o traço eclético de nossa cultura profissional pautado na identificação de que esta perspectiva "não avançava sobre o terreno operativo" - mas sim o fato de que o processo de revisão curricular não foi acompanhado de um rigoroso empreendimento no campo da capacitação e da investigação¹⁰, sobretudo.

⁸ Outra abordagem crítica em relação ao ensino de metodologia no Serviço Social pode ser visto também em Consuelo Quiroga. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino de metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991. 134 p.

⁹ Apesar de todos os investimentos e esforços realizados no sentido de criar condições para uma efetiva implantação da proposta de 1982, os currículos plenos elaborados à época esbarraram em temas centrais e o debate teórico-metodológico, indubitavelmente, foi um deles. A ênfase na discussão do que é método e teoria na perspectiva marxista assim como de sua centralidade para o trabalho profissional ocuparam lugares de destaque entre as principais polêmicas dos anos 80 em diversos cursos de Serviço Social e no próprio cenário acadêmico da profissão, como se pode evidenciar através do *Cadernos ABESS. nº 3*. São Paulo: Cortez, 1989. 191 p.; cujo temário central foi organizado justamente sobre "A Metodologia no Serviço Social".

¹⁰ Referimo-nos aqui não a pesquisa em Serviço Social em geral que foi se consolidando ao longo deste período e que hoje faz parte do universo acadêmico em Serviço Social mas ao esforço crítico e sistematizador que tomasse a profissão como objeto de reflexão para realimentar o ensino de graduação.

Uma decorrência direta desta marca foi o pouco avanço no sentido técnico-instrumental experimentado pelos currículos, representado tanto nos poucos espaços reservados à parte instrumental na grade curricular quanto na insuficiente crítica orientada aos modelos clássicos, largamente desacompanhada de elaborações sobre a condução técnico-instrumental do trabalho dos assistentes sociais pautados numa outra perspectiva teórico-metodológica. O debate teórico-metodológico, apesar de ter enveredado mais em direção às respostas das principais dúvidas de natureza epistemológica que na ocasião eram enunciadas, avançou pouco em relação a dimensão técnico-instrumental que a revisão curricular e a direção social tomaram a exigir. A principal consequência deste fato foi a cisão, no plano do ensino, entre teoria e metodologia de um lado e instrumentalidade de outro.

O conjunto de questões elencadas, se por um lado marcou o processo de implantação do Currículo Mínimo aprovado em 1982, por outro, também passou a fazer parte das críticas incorporadas aos processos de revisão dos currículos plenos que despontaram no início dos anos 90 em várias partes do país. Nesta trajetória mais recente de reexame dos problemas e validação das alterações sofridas a partir da experiência do início da década de oitenta é que encontramos os principais alicerces das propostas expressas nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. A construção atual, portanto, ao mesmo tempo que decorre da revisão de 1982, expressando um sentido de continuidade, dela também extrai e absorve as principais críticas formuladas a sua implantação, denotando também uma certa noção de superação (ABESS, 1996: 144-151).

Este sentido de superação foi sendo construído ao longo de diversos processos de revisão dos currículos plenos, tornando-se mais flagrante no trato do eixo articulador da formação profissional. Apesar da explícita definição de uma direção social para a formação profissional, já expressa no Currículo Mínimo de 1982, o mesmo não se evidenciou quanto ao nexo articulador dos conteúdos centrais à formação de um assistente social.

A primeira variação conceitual em relação à proposta de 1982, determinada diretamente pelos rumos do debate teórico-metodológico que se travou ao longo dos anos 80, numa clara tentativa de suprir algumas das suas lacunas - já apontadas anteriormente -, foi a indicação da articulação teoria-método-história como eixo da

formação profissional. O principal problema desta tendência foi limitar ao campo disciplinar, ou mesmo ementário, o nexu explicativo da profissão. Sem sombras de dúvida um currículo que garanta esta articulação consegue equacionar alguns dos principais problemas identificados na implantação do Currículo Mínimo de 1982, mas ela por si só não demarca um conteúdo central articulador dos demais e que fundamente o que é a profissão.

As outras tendências conceituais indicadas na esteira dos processos de revisão curricular do início dos anos 90: proteção social, políticas sociais e assistência e questão social, passaram a representar, ao nosso ver, uma dupla modificação no trato da questão. Primeiro porque determinou uma mudança no enquadramento do eixo articulador, superando o campo ementário e alcançando o âmbito temático. Segundo, porque expôs uma rica diversidade no trato da profissionalização do Serviço Social, matéria prima do processo de formação dos quadros técnicos e intelectuais que se ocuparão ocupacional e teoricamente do exercício deste tipo de trabalho socialmente determinado.

Este novo patamar das discussões sobre o eixo articulador dos cursos de Serviço Social determinou um avanço bastante significativo para a sua demarcação nas Novas Diretrizes, representado por um tratamento mais apropriado dos processos sociais que fundam e constituem a matéria prima do trabalho do Serviço Social, posto que voltado não mais para disciplinas ou uma articulação de matérias, mas para um campo temático que demarca uma área de interesse teórico-prático para a profissão, conforme foi destacado pela ABESS em seu primeiro documento base para a revisão curricular:

Dessa forma, entende-se que é a partir da inserção do Serviço Social, nos marcos da expansão do capitalismo monopolista e em face das seqüelas da “questão social” no Brasil, que a profissão adquire concretude histórica. É por meio desse eixo fundante que se desdobram as políticas sociais e os padrões de proteção social. Nesse sentido, as políticas sociais são um dos componentes essenciais da ação profissional, mas não a esgotam em sua plenitude. Por isso mesmo, não teria a estatura de um eixo central, ordenador do currículo. Por outro lado, a proteção social, ao salientar a continuidade histórica em detrimento de suas rupturas, adquire um caráter trans-

histórico e obscurece a particularidade histórica da constituição do Serviço Social no quadro da expansão monopolista e no papel do Estado dela decorrente. Dados tais limites, a proteção social, enquanto proposta de eixo fundante, dilui a qualificação histórico-concreta da emergência profissional na sociedade burguesa madura. (ABESSICEDEPSS, 1996: 149)

Outro legado importante do processo anterior, a bem dizer, das críticas que lhe foram formuladas, conforme já apontado, diz respeito à questão metodológica. Embora esta temática tenha representado um dos mais emblemáticos divisores de águas no âmbito da formação profissional dos assistentes sociais na passagem dos anos 70 para os anos 80 sua implementação foi bastante dificultada pela ausência de processos de capacitação que subsidiassem uma tão profunda e radical transformação. Isso veio a favorecer sua retomada no processo mais recente, novamente como um dos conteúdos cuja mudança aponta um alto grau de radicalidade¹¹.

Além das lacunas e das críticas já sublinhadas, a proposta de 1982 foi responsável por algumas incorporações importantes para a formação em Serviço Social como: o debate sobre políticas sociais e a centralidade que ele adquiriu para pensarmos o trabalho dos assistentes sociais; a preocupação com as dimensões ética e investigativa como constitutivas tanto do fazer como da formação profissional; e a afirmação do papel do estágio e do trabalho de conclusão de curso como atividades curriculares complementares.

A proposta contida nas Diretrizes Gerais parte da idéia de que o principal desafio para qualquer projeto de formação profissional nos dias de hoje é o de assegurar a sociedade a entrada no mundo do trabalho de profissionais solidamente embasados no seu ofício e que sejam capazes de aliar a competência técnica e política a um explícito sentido ético. Este objetivo geral deve ser alcançado num processo que ao mesmo tempo em que mobiliza o acúmulo intelectual já conquistado por uma profissão, em particular, e pelas

¹¹ Em nosso entendimento a proposta da matéria de *Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social* articulada à centralidade do enfrentamento da prática profissional enquanto uma especialização do trabalho coletivo reorienta e supera os enfoques tradicionais das disciplinas de *Construções teórico-metodológicas e de História do Serviço Social*, colocando novos desafios à implantação dos currículos plenos.

ciências, de modo mais amplo, possa ser constantemente atualizado sem que as diretrizes básicas da formação profissional se dissolvam. Isto nos coloca diante de algumas interrogações extremamente pertinentes sobre a vida útil de um projeto de formação profissional a ser expressa numa organização curricular e de como estar constantemente em sintonia com as mudanças que ocorrem na sociedade e na profissão. Longe de tentarmos responder aqui a estas questões, nos propomos a sinalizar de que forma as mesmas se expressam atualmente no horizonte da formação profissional em Serviço Social sob o formato de desafios que precisam ser enfrentados por aqueles que diretamente participam deste esforço: supervisores, professores e alunos.

Toda profissão tem sua gênese num conjunto de necessidades que passam a ter um certo grau de reconhecimento social e que, por isso, passam a ser enfrentadas de um modo mais sistemático e organizado, ou seja, institucional. O progresso científico e tecnológico, as relações de poder, a ação política das principais forças sociais e as particularidades culturais são fatores importantes que interferem decisivamente sobre estes dois campos, tanto o da constituição das necessidades como o das formas de enfrentá-las.

Deste modo, toda profissão tem não só sua gênese historicamente determinada, como também o seu desenvolvimento e até seu desaparecimento, ou seja, o campo das necessidades pode mudar a tal ponto que as mesmas deixem de existir ou de merecer aquele grau mínimo de reconhecimento social que justifica uma forma de enfrentamento institucionalizada numa intervenção profissional. Ou ainda, por outro lado, uma dada forma de enfrentar certa necessidade socialmente reconhecida pode não ter produzido, ao longo de sua existência, resultados significativos em relação às expectativas de resolução daqueles problemas e se ver superada por outra, o que num dado campo profissional pode significar a sua substituição por outra profissão ou simplesmente a sua extinção, superação que implica, neste caso, uma ruptura bastante profunda.

O aspecto que queremos ressaltar aqui é que essas necessidades, as respostas profissionais de enfrentamento, as forças sociais atuantes, o avanço científico e tecnológico, as particularidades culturais, as relações de poder e a eficácia da ação profissional são historicamente determinadas, ou seja, se inscrevem em tempos e

espaços concretos. Isto significa que ao falarmos de algumas dessas necessidades e das configurações profissionais que surgem para enfrentá-las, mais particularmente daquelas resultantes da questão social, das necessidades postas no campo da reprodução social em sentido amplo e do Serviço Social como uma especialização sócio-técnica do trabalho, estamos nos reportando necessariamente a particulares formas de combinação de espaço e tempo que representam uma parte significativa da própria história do desenvolvimento do capitalismo como modo de produção.

O principal mérito do projeto de formação profissional, do qual estamos participando no âmbito do Serviço Social já há alguns anos e que mais recentemente se expressou numa nova organização curricular mínima, através de um amplo processo de discussão coordenado pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, foi justamente o de enfatizar a relação dinâmica que existe entre a realidade e a profissão. O teor de inovação que esse projeto contém pode ser avaliado não por fórmulas pedagógicas e conteúdos teóricos inteiramente inéditos, mas pela maturidade alcançada pela profissão através de seus vários sujeitos. O acúmulo intelectual, as experiências mais dinâmicas e ricas no campo da formação profissional; o estágio atual de desenvolvimento das habilidades profissionais; os novos contornos do mercado, das relações e processos de trabalho; as constantes transformações que se operam na esfera da produção e da cultura; a emergência de novos agentes e processos sociais e o cenário político e econômico que vem se desenhando ao longo dos últimos vinte anos fizeram parte de um significativo balanço da profissão¹². Na verdade, o que se tem como fundamento da formação profissional, e que se expressa na nova proposta de formação profissional, é uma rica reflexão sobre a inscrição do Serviço Social na realidade brasileira diante das transformações que vem se dando em escala mundial de forma desigual e combinada e com uma velocidade muito grande.

A realidade foi tomada, assim, não como pano de fundo, mas como elemento fundante. E quando nos referimos, a realidade a destacamos em toda a sua complexidade e multiplicidade de expressões; falamos da realidade social, da realidade profissional, da realidade universitária e etc. Por isso afirmamos que o grande salto que o processo de construção desse projeto de formação

¹² Um desses balanços pode ser encontrado em NETTO (1996).

profissional possibilitou foi o de se inventariar criticamente o Serviço Social sob vários prismas. Portanto, não existem garantias antecipadas de êxito ou fracasso, nem tão pouco os famosos “caminhos das pedras” - as trilhas seguras e infalíveis -, assim como também não nos encontramos ambientados num clima político propício a projeções ufanistas ou pré-revolucionárias. Estamos sim, diante de uma possibilidade de compreensão e enfrentamento da realidade mediante procedimentos mais fundamentados que não se viabilizarão espontaneamente mas sim como resultado de um esforço coletivo, o mesmo que permitiu a realização desse atual e rico balanço crítico da profissão.

A realidade da qual estamos falando é aquela que combina uma expressiva produção de riqueza, nos colocando entre as doze maiores economias do mundo, a uma capacidade enorme de produzir e reproduzir as condições de miséria de segmentos majoritários da população, situando o Brasil como a nação campeã nos quesitos de desigualdade social e concentração de renda. Realidade que nos impulsiona a participar de uma sociedade global altamente informatizada e de um gigantesco *Shopping Center*, onde a produção e o consumo das mercadorias tradicionais não se distinguem mais tão visivelmente da produção e do consumo de produtos culturais¹³. Realidade que promove verdadeiras revoluções na esfera da produção, ao mesmo tempo que alija de forma cada vez mais rápida enormes contingentes humanos da esfera do trabalho formal e satura o setor informal. Criando, com a mesma velocidade, condições progressivamente desfavoráveis a luta pela sobrevivência por parte da parcela da população com a qual trabalhamos e as condições de reprodução dos processos de exclusão social em toda a sua amplitude (Sader & Gentili, 1995).

Em uma época em que grandes fortunas são feitas e desfeitas de uma hora para outra, em que o capital financeiro se desloca com a rapidez proporcionada pelas comunicações informatizadas, em que novos mercados consumidores e centros de produção surgem e desaparecem nos quatro cantos do mundo, em que as ondas migratórias e os processos de luta étnicas e culturais saem debaixo do tapete da história, em que a idéia de um replicante, aludida

¹³ Jameson (1996) traça um interessante caminho para a compreensão desta proximidade, justificada como um enquadramento da produção cultural na lógica de produção da mercadoria na sociedade capitalista.

ficcionalmente no filme *Blade Runner*, já começa a ser discutida a partir de experimentos científicos bem concretos, o mundo parece não ter mais fronteiras, sejam elas geo-políticas, éticas ou temporais. (Almeida, 1997).

A velocidade destas transformações apresenta-se, segundo nosso entendimento, como um dos grandes desafios para o Serviço Social nesta passagem de século. As formas voláteis, imprecisas e altamente dinâmicas que certas feições da realidade vêm adquirindo nos colocam dentro de um gigantesco **vídeo-clipe**, onde nossa dificuldade em compreender com urgência e profundidade os fenômenos que se apresentam na sala de espera, nos grupos e nas entrevistas aumentam significativamente, empurrando-nos compulsoriamente - se seguirmos sem grandes resistências a força da maré neo-conservadora -, para a condição de meros espectadores das mudanças em curso.

Tentar superar as fragilidades com as quais nos deparamos ao longo dos últimos anos, seja no campo da formação profissional, seja no âmbito do trabalho cotidiano nos estabelecimentos implementadores das políticas sociais, é uma tarefa que exige o reconhecimento da realidade social e profissional não como obstáculos a um dado projeto, mas como terreno no qual ele se gestou e no qual se movimentará. Desta forma, a investigação eleva-se ao patamar de atividade imprescindível ao exercício e à formação profissional. Uma postura crítica, curiosa diante da realidade não resolve todos os problemas da profissão, mas sem ela estaremos fadados a, simplesmente observar as transformações que vêm ocorrendo. Desenvolver e valorizar habilidades que reforcem esta dimensão constitutiva do trabalho profissional torna-se cada vez mais urgente.

As mudanças que vêm ocorrendo incessantemente no mundo do trabalho¹⁴ adquirem duplo significado para o Serviço Social: primeiro porque elas determinam sobremaneira as condições de vida da população com a qual trabalha; segundo porque incidem diretamente sobre a suas próprias condições de trabalho. Estamos falando aqui não apenas da carência de recursos institucionais com a qual temos lidado, mas das alterações quanto à precarização das relações de trabalho, à restrição e mudança de perfl do nosso mercado de trabalho e do próprio processo de trabalho dos quais

¹⁴ Ver a este respeito ANTUNES (1995).

participam os assistentes sociais. O trabalho contratado temporariamente, a redução da carga horária semanal, as novas feições do plantão como lógica de organização do trabalho, a municipalização dos principais concursos públicos, a perda da identidade profissional como uma das resultantes do trabalho de assistentes sociais em ONGs, o refluxo dos movimentos sociais e a substituição gradativa dos discursos e práticas técnico-profissionais pelos enunciados oficiais como referências para a condução técnico-instrumental, não são fenômenos endógenos ao Serviço Social. Compreender as mudanças que se operam em nossa realidade profissional só reafirma a importância da atividade de investigação como componente central do nosso próprio trabalho, assim como realimenta a própria postura crítica e de curiosidade diante dessas mudanças.

Situa-se, portanto, o assistente social hoje diante da necessidade de compreender com maior rapidez e com distanciamento crítico os processos sociais que têm determinado tanto as suas relações e processos de trabalho quanto as condições de vida e trabalho da população, demarcando novas configurações no campo da reprodução social¹⁵.

Neste esforço de investigação, o próprio Serviço Social, nas suas mais diversas formas de contato com a realidade, seja pela via acadêmica, interventiva, sindical ou por aquelas forjadas pelas entidades da categoria, já dispõe de uma substantiva pauta de temas e processos que merecem um exame mais cuidadoso, para que possamos pensar e intervir sobre as questões para as quais a nossa profissão tem sido chamada a intervir quotidianamente. Ganham destaque, assim: as novas tecnologias que vêm modificando processos e relações de trabalho; as configurações da esfera da produção que combinam o trabalho largamente assentado nas evoluções da micro-eletrônica com o trabalho familiar e temporário; a ruidosa luta política pela reorientação do fluxo e investimento e financiamento dos fundos públicos; a refuncionalização do Estado com forte impacto no aparato prestador de serviços sociais e que desloca cada vez mais responsabilidades da esfera governamental para a esfera privada, filantrópica e comunitária; e a intensa banalização da pobreza e dos discursos e práticas contrárias a visão predominante de valorização de um esforço de estabilização monetária a qualquer custo.

¹⁵ Para uma compreensão melhor desse processo ver SANTOS (1993).

Engrossam também esta pauta: as propostas que vêm sendo anunciadas como alternativas aos modelos clássicos e às formas até então organizadas, em função da luta social, de assistência social e que trazem como marca o incentivo a participação de parcela da sociedade civil - recorrentemente não seus agentes mais organizados como sindicatos, partidos e movimentos sociais - ao passo que atestam a incompetência da ação do Estado no enfrentamento das seqüelas da questão social.

Incompetência que é sustentada por argumentos que recaem sobre a pesada burocracia estatal, a crise fiscal, a corrupção e a ineficiência dos serviços públicos, conformando um quadro altamente ideologizado de explicação das novas formas de regulação social que imputam ao mesmo Estado o papel de agente destacado do processo de privatização e de valorizador e incentivador da economia de mercado.

Curioso e perverso neste quadro é que se fala em abertura econômica e acesso aos benefícios de uma economia mundializada, convivendo com denúncias de trabalho escravo e de exploração do trabalho infantil e que se valorize a abertura de espaços de atuação e responsabilidade, até então prioritária do Estado, numa conjuntura em que a busca pelo lucro sem medir esforços e sem parâmetros éticos esteja produzindo seguidos quadros de extermínio de crianças e genocídio de idosos.

Aqui mesmo, em nosso estado, assistimos atordoados a este processo de transformação do Estado em bem-feitor do grande capital. Enquanto a rede estadual pública de ensino no Rio de Janeiro iniciava o ano letivo de 1997 com uma carência de cerca de 1.100 professores o governo estadual isentava impostos de vários grupos industriais que desejassem se instalar nesse estado - durante certo período uma versão neoliberal do paraíso fiscal - e se propondo a atuar como sócio de outros. O argumento da geração de empregos e, "conseqüente", distribuição de renda, caí no vazio em função do pertil das indústrias que manifestaram tais interesses, ou seja, indústrias portadoras de um tipo de organização da produção alicerçada em tecnologia de ponta altamente poupadora de mão-de-obra.

Por essa razão é que, não secundarizando o alcance das mudanças em curso, enfatizamos a velocidade com que vêm se efetuando. A rapidez com que desde o início do "Plano Real" até o ano de 1997 cerca de 750.000 postos de trabalho foram extintos

responde à mesma lógica que desestruturou uma rede de assistência social, com décadas de história, e a substituiu por um novo mecanismo de enfrentamento das necessidades das populações mais pobres, como o Comunidade Solidária, sem grandes alardes e inconformismo social, apesar de organizar a assistência social num total descolamento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

A velocidade com que estas mudanças ocorrem encontra forte sustentação na construção de um pensamento unitário em torno da “urgência e necessidade da inserção do país numa economia mundializada” que, alicerçado nas mais requintadas práticas da cultura política autoritária e excludente de nossa elite, que pactua as mudanças pelo alto, adquire o estatuto de um projeto “globalizador”. Escapar da tentação da adesão incondicional á economia de mercado e das formas de pensar a realidade que habitam o ideário pós-moderno e as diversas formas de patrulha que se seguem tem sido por si só uma tarefa histórica¹⁶. Mas é também um exercício crítico da maior relevância e que requer um contínuo e profundo investimento teórico-metodológico, visto que muitos dos sinais destas mudanças mal foram apreendidos em suas determinações mais imediatas e visíveis e já emerge no horizonte sócio-político um conjunto de novos problemas, dilemas e desafios para o profissional de Serviço Social.

O enfrentamento de nossos objetos de trabalho neste cenário de mudanças profundas e de sobreposição de imagens descontínuas e aceleradas que deformam a realidade, transformando-a numa caricatura de si mesma, num mundo chamado de “virtual”, situa-se como um empreendimento que exige uma formação permanentemente atualizada, com consistência e profundidade, mas também ágil e dinâmica. Entretanto, as respostas mais simples e mais adequadas ao próprio pulsar e à própria lógica das mudanças é adaptar-se a elas, acessando na prateleira mais próxima dos grandes supermercados culturais - como querem transformar a universidade brasileira (Almeida, 1997) -, a leitura explicativa da moda e, no novo aparato institucional prestador de serviços sociais, as modalidades técnico-instrumentais pertinentes ao campo societário da moda, o “comunitário”, no qual boa parte dessas novas práticas se movimentam.

¹⁶ Vale registrar as reflexões contidas em MORAES (1997) e que orientarão esta pesquisa no que diz respeito às mudanças na esfera da cultura e sua relação com o fenômeno da globalização.

O acúmulo intelectual da profissão nos permite hoje não incorrer em certos erros do passado, assim como avançar naquelas direções cuja capacidade profissional de formular alternativas e respostas ainda é frágil. Dispomos já de um vasto campo de experiências profissionais bem sucedidas do ponto de vista dos seus resultados políticos e sociais para a população. Avançamos muito em termos de uma maior maturidade intelectual, ainda que ela não tenha sido acompanhada de uma expressiva produção no campo da literatura profissional e da pesquisa. E alargamos as fronteiras profissionais e da investigação sobre a realidade para áreas que nos permitem estabelecer novos níveis de interlocução profissional e acadêmica. Ainda que não tenhamos mobilizado estes avanços na direção da produção de respostas sociais mais decisivas, aquelas que enfatizem a função social do Serviço Social, e que também não tenhamos conseguido obter maior homogeneidade e qualidade em termos de formação profissional, as mudanças que a profissão deve sofrer ainda fazem parte de um processo que está em curso e cujos resultados dependem dos projetos sociais e profissionais que o movimentam.

A nossa contribuição nesse processo é fundamentalmente a de alertar para os riscos que a uniformidade de pensamento, que vem sendo construída em torno de um projeto de desenvolvimento altamente excludente, (Almeida, 1994), coloca-se para o exercício profissional, para a própria autonomia e maturidade intelectual conquistada pelo Serviço Social e para todos nós que vivemos e atuamos nesses tempos. Este alerta vem se expressando através do reconhecimento de que o grande salto que conseguimos dar com a construção de um novo projeto de formação profissional foi a de avaliar e tentar potencializar ainda mais o grau de maturidade alcançada pela profissão, no que diz respeito ao conhecimento e enfrentamento da realidade e que tem um tipo de impacto no trabalho profissional muito sério e radical: o de valorização da dimensão investigativa como um de seus componentes centrais. Sem um postura crítica e sem uma curiosidade em relação aos processos sociais que nos cercam seremos engolidos, ou pelo pensamento conservador predominante hoje, ou pela velocidade dessas transformações.

Destarte, realidade e formação profissional conformam um mesmo processo, do qual participam diferentes agentes institucionais cujas contribuições e potencialidades merecem ser desveladas diante

do conjunto e da velocidade das transformações pelas quais passamos. Como e com quais condições participam hoje assistentes sociais supervisores, alunos e professores de um projeto de formação profissional que define a sua relação com a realidade como pressuposto pedagógico, organizativo de uma forma de pensar e atuar sobre esta mesma realidade, constitui-se numa questão central a ser enfrentada na atualidade.

Esta dimensão pedagógica que embasa as Novas Diretrizes, situa para os agentes implementadores da formação profissional em Serviço Social uma série de desafios, dentre os quais destacamos uma urgente e peculiar modalidade de capacitação: aquela voltada para apreender a dinâmica societária na contemporaneidade e orientar este profissional para intervir no interior dos estabelecimentos implementadores das políticas sociais, no bojo das transformações gestadas na esfera do Estado, do mundo do trabalho e da própria sociedade civil.

Referências bibliográficas.

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. "Curso noturno e trabalhador-aluno: uma primeira aproximação da situação da UERJ." *Em Pauta-Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ*. nº 8. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, outubro de 1996. p 13-33.
- _____. "LDB e a avaliação institucional". *ADVIR*. nº 3. Rio de Janeiro: ASDUERJ, 1994. p 21-26.
- _____. "Globalização e neoliberalismo: situando a expressão contemporânea da crise da universidade brasileira." *Em Pauta Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ*. nº 9. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, novembro de 1996. p 67-88.
- _____. *Alguns desafios no horizonte da formação profissional em Serviço Social hoje*. Aula inaugural do Curso de Serviço Social da UFF, proferida em 20 de março de 1997. (mimeo).
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de et alii. "Proposta básica para o projeto de formação profissional - novos subsídios para o debate." *Cadernos ABESS*. nº 7. São Paulo: Cortez, 1997. p15-57.
- ABESS/CEDEPSS. "Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 nov. 1996)." *Cadernos ABESS*. nº 7. São Paulo: Cortez, 1997. p 5876.

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- CORTELLA, Mário Sérgio. "Universidade para o trabalhador e curso noturno." Em *Pauta - Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ*. nº 8. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, outubro de 1996. p 07-11.
- FIGUEROA, Sonia Bezerra. "O trabalhador-aluno do curso de Serviço social da UERJ: uma primeira aproximação das suas principais dificuldades e motivações." Em *Pauta - Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ*. nº 8. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, outubro de 1996. p 35-56.
- MORAES, Dênis de (org.). *Globalização. mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- NETTO, José Paulo. "Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil." *Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 50. São Paulo: Cortez, 1996. p 87- 132.
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.